

ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL EXÉRCITO DE SALVAÇÃO

Rua Juá, 264 - Saúde - São Paulo/SP - CEP 04138-020
CNPJ 43.898.923/0001-15

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)			
ATIVO	N. E.	2022	2021
CIRCULANTE		6.652.147	11.417.451
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	2.462.939	2.419.912
Caixa		75.299	40.849
Bancos Conta Movimento		1.904.083	1.868.721
Bancos Conta Aplicações C/Prazo		483.558	510.342
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	5	2.359.155	7.472.030
Clientes		2.032.441	7.135.126
Créditos Diversos		326.714	336.904
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	5	1.830.053	1.525.508
Antecipação a Colaboradores		216.002	166.342
Pagamentos Antecipados		1.002.820	592.956
Subvenções e/ou Convênios a Receber	12	611.231	766.209
NÃO - CIRCULANTE		42.839.340	44.336.090
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6	-	557.150
Valores mobiliários a receber		-	-
Empréstimos a Receber Intersociedades		-	354.438
Subvenções e/ou Convênios a Receber LP	12	-	202.711
IMOBILIZADO	7	42.839.340	43.778.941
Bens em Uso		48.787.272	49.829.328
Construções em Andamento		2.087.413	1.844.241
(-) Depreciação Acumulada		(8.035.346)	(7.894.628)
TOTAL DO ATIVO		49.491.486	55.753.541

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
Contas Especificações	Patrimônio Social	Superavit/Déficit do Exercício	Reserva de Reavaliação
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.017.439	(574.199)	21.314.452
Transferido p/ patrimônio	(574.199)	574.199	-
Ajuste de exercício anterior	67.421	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação	291.534	-	(291.534)
Déficit em 2021	-	(433.108)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.802.196	(433.108)	21.022.918
Transferido p/ patrimônio	(433.108)	433.108	-
Realização do Ajuste de Avaliação	590.158	-	(590.158)
Superávit em 2022	-	5.222.664	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.959.245	5.222.664	20.432.760

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.2022

Nota 01 - Contexto Operacional: A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação é uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de Assistência Social, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 50.517, de 2 de maio de 1961, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n.º 8.668, de 26 de janeiro de 1965, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto n.º 8.971, de 28 de agosto de 1970, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n.º 240.544/70, em 09.11.1970, Pedido de Renovação em 18/12/2014, Processo n.º 71000.14174/2014-00, certificado de inscrição na Utilidade Pública Estadual: Certidão SJDC n.º 578/2015 - Lei n.º 2.574/80 e Cadastro no Pró-Social: D.O.E 07.08.73, Decreto Estadual n.º 9.486 de 13.09.1973 - Registro n.º 2874, certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social n.º 255/2012, Decreto n.º 38.877 de 21.12.99 - Validade: 30/04/2019. Em cumprimento às suas finalidades sociais, a APROSES mantém 26 instituições - filiais incluindo matriz, intituladas como projetos e obras sociais, com repasse de verbas, em parte procedentes do exterior. Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º: a) promover a assistência social em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social - n.º 8.742/93 cumulado com o Decreto 6.308/07, guardadas as seguintes diretrizes e limites legais; I - Não farà discriminação de raça, sexo, cor, idade, credo religioso ou político, etnia, gênero, orientação sexual, bem como condição social, o que garantirá a universalidade do atendimento, inclusive para pessoas com deficiência, independentemente de contraprestação do usuário; II - Manterá a finalidade pública, sempre que financiada pelo Estado, não obstante possuir natureza privada, e observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, efetividade e congruência.

Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis de 2022, a Entidade adotou a Lei n.º 11.638/2007, Lei n.º 11.941/09 que alteraram artigos da Lei n.º 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução n.º 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução n.º 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução n.º 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades Sem Finalidades de Lucros, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Nota 03 - Formalidade da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem o evidenciamento facta e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

Nota 04 - Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC n.º 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC n.º 1.376/11 (NBC TG 26 R3) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; c) **Ativos circulantes e não circulantes.** - **Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e/ou contratado. d) **Imobilizado** - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07 e levado em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC n.º 1.177/09 (NBC - TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. e) **Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em **taxas de juros** que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. f) **Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. g) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. h) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. i) **Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. j) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. k) **Auração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

Nota 05 - Clientes e Outros Recebíveis e Outros Ativos Circulantes: Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.

Nota 06 - Ativo Não - Circulante (Realizável a Longo Prazo): Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente.

Nota 07 - Ativo Não - Circulante (Imobilizado): Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou doação, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil, combinado com os seguintes aspectos: • Reavaliação de parcela dos bens (terrenos e edifícios), com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada; • Depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 7, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. • As taxas anuais de depreciação são as seguintes: (a) Edifícios - entre 1,61% e 5% ao ano; (b) Veículos - 20% ao ano; (c) ferramentas - 4% ao ano; (d) computadores e periféricos - 20% ao ano; (e) ferramentas - 10% ao ano; (f) instalações - 10% ao ano; (g) máquinas e equipamentos - 10% ao ano; (h) móveis e utensílios - 10% ao ano; (i) softwares - 20% ao ano; (j) equipamentos de telecomunicações - 10% ao ano. • Em 2012, a entidade aprovou laudo de avaliação de terrenos e edifícios emitido por empresa especializada e credenciada. Em consequência, foi contabilizado o ajuste de avaliação, no montante de R\$ 24.223.669,28, a crédito de reserva específica no patrimônio social. • Na avaliação efetuada foram considerados os seguintes aspectos: Para determinados imóveis, considerando a sua localização, tipo de construção, conservação e valorização imobiliária, foi impraticável segregar ou atribuir valor aos terrenos e construções. Em decorrência, para alguns imóveis foram atribuídos valores somente para os terrenos e em outros casos a avaliação foi efetuada de forma geral, sem atribuir valor aos terrenos e construções. No caso dos terrenos recebidos em doação, cuja documentação contém cláusula restritiva quanto à possibilidade de venda do terreno (a entidade não pode aliená-lo sob qualquer hipótese), a avaliação foi efetuada somente para as edificações e, por esse motivo, estão apresentadas na rubrica "Benefetórias em terrenos com restrições".

Quadro de estimativa de ICMS Devido: Cálculo ICMS e Multas Retroativos 5% (competição)

Ano	Fat	Fat. Ajustado (-) 2%	ICMS 18%	Multa Pqto ICMS 70%	Total
2018	14.933.292	14.578.503	2.624.131	1.836.891	524.826
2019	15.600.100	15.229.469	2.721.304	1.918.913	548.261
2020	15.878.600	15.501.353	2.790.244	1.953.170	558.049
2021	23.381.351	22.825.852	4.108.653	2.876.057	821.731
2022	26.918.375	26.479.166	4.766.520	3.336.375	953.250
Totais	96.711.718	94.614.343	17.030.532	11.921.407	3.406.116

Projeção ICMS devido sem correção monetária UFESIP Baseado no critério de Presunção

Nota 15 - Demonstração do Fluxo de Caixa: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC n.º 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC n.º 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

Nota 16 - Doações e Contribuições Recebidas: Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 34 - Recursos Privados, incisos I e VI, conforme demonstrativo em anexo:

	2022	2021
Contribuições Recebidas	-	-
Doações Recebidas	983.409	986.735
Total	983.409	986.735

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)			
PASSIVO	N. E.	2022	2021
CIRCULANTE		8.15.209.962	26.408.888
Obrigações Trabalhistas		289.358	244.524
Obrigações Fiscais e Sociais a Rec		237.806	354.766
Obrigações Tributárias a Recolher		15.568	36.771
Fornecedores		719.461	6.367.644
Outras Obrigações a Pagar		472.533	106.578
Provisões Sociais e Trabalhistas		1.268.542	1.218.287
Empréstimos a Pagar		11.956.464	17.314.108
Subvenções e/ou Convênios a Realizar	12	611.231	766.209
NÃO - CIRCULANTE		3.666.854	3.952.650
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		-	-
Provisões - Passivo Contingente	14	3.666.854	3.749.938
Subvenções e/ou Convênios a Realizar LP	12	-	202.711
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09 e 10	30.614.670	25.392.004
Patrimônio Social		4.959.245	4.802.196
Ajuste de Avaliação Patrimonial		20.432.760	21.022.918
Superávit / Déficit do Exercício		5.222.664	(433.108)

TOTAL DO PASSIVO			
		2022	2021
		49.491.486	55.753.541

Quadro Demonstrativo do Imobilizado em 31/12/2022				
Descrição	Valor		Taxa de Depreciação Anual	
	dos Bens	Depreciação		
Terrenos	30.888.434	-	-	-
Edifícios	13.219.664	4.153.048	1,61% A	5%
Benefetórias	53.419	10.688	-	4%
Instalações	23.876	21.221	-	10%
Máquinas e Equipamentos	971.575	630.699	-	10%
Móveis e Utensílios	309.747	177.650	-	10%
Computadores e Periféricos	590.021	493.608	-	20%
Veículos	2.410.372	2.234.934	-	20%
Softwares	291.209	284.324	-	20%
Ferramentas	968	819	-	10%
Equipamentos de Telecomunicações	27.986	19.167	-	10%
Benefetórias em Imóveis de Terceiros	243.172	9.727	-	4%
Construções em Andamento	1.844.241	-	-	-
Total	50.874.685	8.035.346	-	-

TOTAL Exercício				
Descrição	2022		2021	
	Terrenos	Edifícios	Total	Total
Bens Imóveis com Avaliação Segregada	30.888.434	13.219.664	44.108.098	44.608.098
Benefetórias em Terrenos com restrições	-	53.419	53.419	-
Depreciação Acumulada	-	(4.163.737)	(3.830.984)	-
	-	-	39.997.781	40.830.533

Nota 08 - Obrigações a Curto Prazo (PASSIVO CIRCULANTE): Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Nota 09 - Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, deduzido do déficit do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

Nota 10 - Ajuste de Avaliação Patrimonial: Em consonância com a Resolução CFC n.º 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitarão pelo resultado e são oriundos de aumentos de valores atribuídos a elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado.

Nota 11 - Ajuste a Valor Presente Resolução do CFC n.º 1.151/09 (NBC TG 12): Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09 que aprova a NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuem data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • as operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela Resolução 1.187/09 que aprova a NBC TG 30, que trata de receitas; • operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente.

Nota 12 - Subvenções e/ou Convênios Públicos Resolução CFC n.º 1.305/10 (NBC TG 07): São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC n.º 1.305/10 que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC n.º 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002. A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual, Municipal e Privados:

Concedentes	2022	2021
Governos Municipais	2.639.472	2.131.461
Governos Estaduais	-	9.994
Governo Federal	194.843	176.200
Privados	12.139	112.077
Total	2.846.454	2.429.732

Nota 13 - Do Resultado do Exercício: O superávit do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC n.º 1.409/12 (R1) que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

Nota 14 - Provisão Passivos Contingentes (Resolução CFC n.º 1.180/09 NBC TG 25): Em atendimento a Resolução CFC n.º 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão nesse sentido. **Processos CEBAS:** 5026003-17.2020.4.03.6100-Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS - Nota sobre o Processo de Reabilitação da Entidade: "Resalta-se que, em relação ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, com a publicação, em dezembro/2021, da Lei Complementar 187/2021, a partir de então, essa certificação passou a ser fundamental para que a APROSES possa usufruir a Imunidade das Contribuições Sociais. Diante disso, não obstante o indeferimento do pedido de renovação referente ao exercício de 2016, o qual foi objeto de Recurso que, atualmente, encontra-se pendente de análise, há possibilidade de que o período anterior à publicação dessa Lei Complementar tenha a citada imunidade reconhecida pela via judicial, ante os entendimentos jurisprudenciais favoráveis e, também, com base na declaração da inconstitucionalidade formal e material de determinados dispositivos expressos na Lei 12.101/2009 por parte do Supremo Tribunal Federal."

Quadro de Renúncia Fiscal - 5 anos:

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
IRPJ	1.047.612	1.036.811	1.180.420	1.306.107	1.340.405
CSLL	433.671	428.757	482.025	554.102	588.123
PIS	148.603	151.025	166.610	207.074	242.127
COFINS	686.004	697.291	769.171	956.128	1.117.511
INSS - Quota Patronal	2.668.899	2.684.608	2.441.170	3.067.821	3.013.601
Total	4.934.334	4.993.492	5.039.396	6.091.232	6.301.767

Calculo Baseada em Lucro Presumido e PIS e COFINS não Cumulativo (Valores sem Multas ou Correções). **Processo de ICMS:** "Além disso, cumpre-nos informar que a APROSES está promovendo os atos legais necessários à regularização das atividades executadas no âmbito do Salva-shopping, no sentido de fazer os devidos cadastros junto às Fazendas Estaduais, bem como formalizar os pedidos necessários para o reconhecimento da Imunidade/isenção em relação ao ICMS e de dispensa do cumprimento das obrigações acessórias". Hoje fosse a exigibilidade exercida pelo poder público a dívida da entidade seria:

	Escrit. Líquida	Entrada/Saída 20%	Cupom Fiscal 2%
2018	2.915.701	2.915.701	291.570
2019	3.045.894	3.045.894	304.589
2020	3.100.272	3.100.272	310.027
2021	4.565.170	4.565.170	456.517
2022	5.295.833	5.295.833	529.583
Totais	13.922.369	13.922.369	1.392.337

Nota 17 - Isenção Tributária: A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei n.º 9.532/97, Lei n.º 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14).

Nota 18 - Característica da Isenção: A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei n.º 9.532/97 e artigo 1º. da Lei n.º 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14), e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E/OU DÉFICIT DOS PERÍODOS (EM REAIS)			
	N. E.	2022	2021
RECEITA BRUTA SERVIÇOS			
1 - (+) Receita Bruta Prestação Serviço Educacional:		2.887.752	1.913.270
(+) Subvenções e/ou Convênios Públicos		-	-
p/Custeio (NBC TG 07)	12	1.817.238	1.506.907
(+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas		-	-
p/Custeio (ITG 2002)	16	634.298	212.571
(+) Receitas Internas		6.858	2